

REGISTRO DE REUNIÃO	
Data:	18/06/2021.
Reunião:	4ª Reunião do Grupo de trabalho de Acompanhamento do Observatório da Bacia.
Grupo:	GTAOB
PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Caroline Lopes Santos	AGEVAP
José Paulo Soares de Azevedo	COPPE/URJ
Hendrik Mansur	TNC
Cinthia Avellar Martins	INEA
Luiz Constantino	INEA
Andre Leone	INEA
Gisele Pires	INEA
Fabício Alves	ANA
Caio Senise Amorim Nunes da Silva	MPRJ
Gisela Pequeno Guimarães Corrêa	MPRJ
Sandro Vissoto	Consórcio ENVEX-FERMA
Hélio Vanderlei	INEA
Flávio José D Castro Filho	ANA
Gilvoneick de Souza	Instituição Socioambiental
Lude Quietto Viana	Light
Vanessa Trindade Campos da Silva	MPRJ
Julio Cesar Antunes	CEDAE
Marcelo Danilo	ANAGEA
Tipo:	Videoconferência
Local:	Teams
RELATO DE CONTEÚDO DA REUNIÃO	

1 **Pauta: 1) Discussão e aprovação de contribuições no Produto 4 – Proposta Preliminar de rede.**
2 **2) Aprovação do Registro 3º Encontro do GTAOB. 3) Aprovação da proposta de monitoramento**
3 **do INEA.** Luiz Constantino (INEA) deu início a reunião, solicitou que a AGEVAP iniciasse a
4 apresentação dos itens do dia e solicitou uma inserção de pauta, que trata de um projeto de pesquisa
5 em monitoramento pleiteado pelo Inea. Não havendo objeções, o assunto entrou como Item 3 de
6 pauta. **1) Discussão e aprovação de contribuições no Produto 4 – Proposta Preliminar de rede -**
7 Caroline Lopes (AGEVAP) apresentou o Produto 4 abordando que o mesmo seria o primeiro Produto
8 tratando efetivamente de uma distribuição de rede, salientando não ser uma proposta final, como
9 descrito. Disse que se inicia a apresentação de uma rede ótima para a região. Durante sua
10 apresentação, a mesma informou uma sequência de pontos que se encontravam em desconformidade
11 com a previsão de Ato Convocatório. A mesma apontou gargalos que inviabilizam a aprovação do
12 produto no formato entregue. Sendo o principal ponto a necessidade de consulta aos municípios, para

13 que os mesmos possam contribuir com a apresentação das necessidades vinculadas às suas cidades,
14 como por exemplo acerca de pontos de alagamento. Outro ponto destacado pela mesma diz respeito
15 à necessidade de compatibilização de proposta junto aos interesses de monitoramento pautados pelo
16 GTIV, sendo o Termo de Referência expresso quanto à necessidade de proposição de uma rede
17 associada aos projetos de PSA guandu, para mensuração de resultados a longo prazo. Após a
18 apresentação, Hendrik Mansur (TNC) pediu a palavra e chamou atenção para recorrência de
19 recebimento de produtos em desconformidade com a previsão de ato Convocatório, que no seu
20 entendimento, produtos em desconformidade com ato Convocatório sequer deveriam chegar ao
21 GTAOB, sendo necessária uma primeira análise pela AGEVAP. Caroline Lopes (AGEVAP) informou
22 que esse formato foi indicado pelo grupo durante a definição de seu formato de trabalho, em que logo
23 na sequência do recebimento, o mesmo segue pra avaliação do grupo e que a ação é importante para
24 que haja participação do mesmo na avaliação, deixando inclusive com maior respaldo a aprovação dos
25 produtos. Luiz Constantino (INEA) pautou a possibilidade de uma análise prévia de produtos pela
26 AGEVAP, para que apenas após essa primeira análise os produtos sejam discutidos no grupo. O
27 coordenador colocou o tema para debate do grupo, sendo a maioria favorável. Luiz Constantino (INEA)
28 questionou se análise seria inteiramente voltada para Q7,10, salientando que a mesma não era mais
29 utilizada no estado. Caroline Lopes (AGEVAP) esclareceu que TdR solicitava todos os valores. José
30 Paulo (COPPE/URJ) propôs a utilização do Método Silveira para empresa, na coleta de dados,
31 questionando se havia conhecimento sobre a metodologia. Caroline Lopes (AGEVAP) replicou que no
32 TdR a previsão seria um modelo similar ao utilizado para pluviometria, mas que a empresa inseriu ao
33 TdR uma metodologia diferente da mencionada. Sandro Vissoto (Consórcio ENVEX-FERMA)
34 esclareceu que metodologia fluviométrica prevista no TdR estimava o uso da Q7,10 para utilização do
35 modelo geoestatístico para distribuição da rede e que não houve a tentativa de utilização para outras
36 estações, pois se tornou inviável, considerando que praticamente não haviam vazões naturais
37 encontradas na rede atual da RH II. Informou que desconhece a metodologia citada por José Paulo
38 (COPPE/URJ), mas apontou que estariam abertos para estudar possibilidades. Sobre a consulta aos
39 demais órgãos, julgaram importante o posicionamento do GTAOB para não haver oposições e
40 necessidade de possíveis correções futuras. Gilvoneick de Souza (Instituição Socioambiental) julgou
41 interessante consultar o CPRM. Flávio mencionou que ANA, em termos de planejamento de redes
42 fluviométricas, vinha utilizando um método com foco nos objetivos do monitoramento, não somente
43 para dados e dispôs-se a compartilhar o documento em reunião, e que estaria alinhado com a
44 metodologia que estava sendo proposta. Caroline Lopes (AGEVAP) informou que Flavio não obtinha
45 acesso ao chat e por isso colocaria como encaminhamento que ele enviaria para seu e-mail e que
46 estaria encarregada de compartilhar com os demais. Solicitou aos representantes da empresa que
47 verificasse se todos os parâmetros que ANA estaria desenvolvendo atualmente estariam coerentes
48 com o que foi adquirido dentro do método utilizado. Caroline Lopes (AGEVAP) deu continuidade
49 apresentando as considerações da empresa dentro da metodologia de rede fluviométrica. Durante a
50 apresentação destacou que o estudo teria que passar pelo GTIV, devido a necessidade de serem
51 propostos pontos adicionais aos calculados na metodologia matemática, traçando-se microbacias
52 estratégicas a serem monitoradas para acompanhamento hidrológico das ações de Pagamento por
53 Serviços Ambientais (PSA) executadas pelo comitê Guandu. José Paulo (COPPE/URJ) considerou que
54 o GTIV avalie a metodologia utilizada, como também a citada por Flávio para tratar sobre as
55 microbacias. Hendrik Mansur (TNC) solicitou que Caroline Lopes (AGEVAP) encaminhasse o
56 documento a TNC para que pudessem estar avaliando em termos de restauração florestal e
57 possivelmente levar a próxima reunião do GTIV. Caroline Lopes (AGEVAP) avançou para a parte sobre
58 a Qualidade de Água. José Paulo (COPPE/URJ) questionou se obtinham os parâmetros utilizados nas
59 coletas para verificação da qualidade de água definidos. Caroline Lopes (AGEVAP) respondeu que



Registro de Reunião GTAOB



60 dentro do TdR obtinha-se uma previsão de ajustamento o que há dentro da proposta da ANA em relação
61 a monitoramento, com isso a empresa poderia propor outros parâmetros ou frequências de
62 amostragem, caso encontrasse particularidades no território. José Paulo (COPPE/URJ) complementou
63 que no canal do Rio São Francisco obtinha-se estudo para regulação da operação da Light. Gilvoneick
64 de Souza (Instituição Socioambiental) indagou como tratariam o monitoramento das águas
65 subterrâneas, considerando que o monitoramento trataria das águas superficiais. Caroline Lopes
66 (AGEVAP) replicou que é efetuada a abertura para tratar de monitoramento em águas subterrâneas
67 mais associadas aos projetos de PSA. Luiz Constantino (INEA) complementou que além das áreas
68 outorgadas pelas águas subterrâneas, obtinham problemas com os poços clandestinos. Gilvoneick de
69 Souza (Instituição Socioambiental) considerou que não havendo o monitoramento de águas
70 subterrâneas, poderiam haver problemáticas nas comunidades agrícolas que utilizam de poços
71 clandestinos. Luiz Constantino (INEA) julgou que certamente o plano contemplava essa tratativa.
72 Apresentou o mapa que exibia os pontos que empresa como proposta preliminar de rede de
73 monitoramento. O quantitativo da rede. José Paulo (COPPE/URJ) salientou que os custos já são os
74 parâmetros. Julio Cesar Antunes (CEDAE) questionou em que tempo seriam feitas as análises de
75 qualidade da água. Levantou a dificuldade obtida para manter os postos, e que gostaria de aprender o
76 que poderia ser utilizado para concretizar o que estavam propondo garantindo efetividade do produto.
77 E indagou sobre o que havia previsto para caminharem para esse sentido. Caroline Lopes (AGEVAP)
78 disse que para as frequências de amostragem havia a previsão a cada 15 (quinze) minutos. E para os
79 campos de amostragem impuseram um período mensal nos primeiros 06 (seis) meses e bimestral os
80 meses posteriores. Júlio indagou sobre o período. Caroline Lopes (AGEVAP) informou que não foi
81 delimitado tempo para existência do monitoramento. Julio Cesar Antunes (CEDAE) salientou que não
82 seria essa uma atribuição do Comitê Guandu. Caroline Lopes (AGEVAP) notificou que no produto que
83 fala sobre arranjos institucionais tratariam a respeito. Vanessa Trindade (MPRJ) questionou se haviam
84 considerações relacionadas a análises de cianotoxinas. Sugeriu que diversas formas de manutenção
85 fossem adotadas. Caroline Lopes (AGEVAP) apontou que a manutenção também estaria prevista na
86 parte de arranjos institucionais. E sobre as cianotoxinas são demonstradas na Tabela 25 do produto os
87 parâmetros tratavam dessa troca, e que poderiam inserir a respeito com base na colocação de
88 Vanessa. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu refletirem que um monitoramento deve manter a análise de
89 dados de maneira constante estabelecendo sempre parcerias, considerando instabilidades financeiras
90 que podem ocorrer no estado. André Leone (INEA) notificou que o valor apresentado pelas empresas
91 seria de apenas (01) campanha. Propôs a utilização de monitoramento de um ponto a cada 1.000 km².
92 Caroline Lopes (AGEVAP) solicitou o envio das considerações de André Leone (INEA) por e-mail para
93 nivelamento com a empresa. Cinthia Avellar (INEA) questionou se houve motivos específicos na
94 escolha de equipamentos para rede quantitativa, considerando o alto custo em sua manutenção. E a
95 possibilidade de utilizarem o equipamento adquirido pelo INEA, que teria um valor um pouco maior,
96 porém no médio prazo acreditou que seria mais sustentável. Caroline Lopes (AGEVAP) disse que seria
97 uma das solicitações do TdR como correção dos produtos. José Paulo (COPPE/URJ) lembrou que
98 em casos de poluentes emergentes, Juliana Fernandes (AGEVAP), defendeu uma tese a respeito e
99 sugeriu darem continuidade a esse estudo. Apresentou quatro observações seria sobre o produto.
100 Sendo elas, utilização de dados populacionais gerais, sem recorte da RH II, figuras referenciadas mas
101 não apresentadas, citações não referenciadas e citação ao SIGA Guandu sem a utilização dessa
102 tecnologia. Informou que solicitou a empresa atenção a enquadramento vigente. Não havendo
103 problemas em manter o mapa apresentado no produto, mas propôs que ele fosse enquadrado ao Plano
104 de Bacia do Comitê Guandu. E comunicou as demais correções solicitadas no TdR. José Paulo
105 (COPPE/URJ) questionou se os dados coletados automaticamente já obtinham destino. Caroline Lopes
106 (AGEVAP) esclareceu que dentro da contratação do TdR do SIGA Guandu, já se encontrava a previsão

Registro de Reunião.

Revisão 00 – CSG F-0246

Elaborado por: Caroline Lopes (AGEVAP)Lopes Santos.

Diretoria: Contrato de Gestão nº03/2010

107 da integração das redes de monitoramento da RH II para que fosse transpassado dentro do SIGA
108 Guandu. Hendrik Mansur (TNC) considerou que em vários pontos a empresa não atendeu aos pedidos
109 do TdR, exemplificando o que verificou. Questionou qual seria a problemática que estaria ocasionando
110 isso. Compreendeu que após a definição dos pontos haveria uma adesão ao que já se obtinha na bacia
111 hidrográfica do Guandu e ainda uma redistribuição ideal. Sandro Vissoto (Consórcio ENVEX-FERMA)
112 esclareceu que na área de drenagem houve falha na geração do produto. E sobre a seleção dos
113 equipamentos para análise da qualidade da água fizeram com base em pesquisas de empresas
114 conceituadas, mas que haviam proposto o GOES e que não sabia o porquê de não estar descrito.
115 Informou que trabalhariam para corrigir todos os detalhes e falhas apontadas. Julio Cesar Antunes
116 (CEDAE) propôs um quadro de acompanhamento de manutenção. Caroline Lopes (AGEVAP)
117 comunicou que encaminharia todas as colocações a empresa, questionou se haveria um novo encontro
118 devido aos apontamentos ou se prosseguiriam da forma como fizeram com os produtos anteriores. Luiz
119 Constantino (INEA) julgou importante um novo encontro para apresentação do produto com as
120 correções atendidas. Caroline Lopes (AGEVAP) julgou importante um novo encontro após a discussão
121 com o GTIV e outros setores. Luiz Constantino (INEA) concordou, porém levou em consideração a
122 colocação de Caroline. Julio Cesar Antunes (CEDAE) sugeriu celeridade na interlocução com os
123 órgãos. Gilvoneick de Souza (Instituição Socioambiental) propôs que a empresa efetue esse diálogo
124 com os órgãos necessários, para produzirem um projeto adequado a essas informações, para posterior
125 revisão. **2) Aprovação do Registro 3º Encontro do GTAOB.** Após considerações, o registro foi
126 aprovado pelos presentes. **3) Aprovação da proposta de monitoramento do INEA.** André Leone
127 (INEA) efetuou a apresentação da proposta, que já havia sido apresentado no âmbito da CTSB.
128 Durante a apresentação, José Paulo questionou se obtinham alguma obrigação no licenciamento para
129 que as empresas gerassem dados para o INEA. André Leone (INEA) replicou que inseriram nas
130 exigências a obrigatoriedade das prefeituras em informar ao INEA em um prazo específico todas as
131 empresas que foram licenciadas que possuíam o Procon-Água em suas condicionantes.
132 **Encaminhamentos: 1) Solicitar a Flávio a metodologia utilizada pela ANA para validar com a**
133 **empresa se houve seguimento todos os parâmetros utilizados regimento hidrometereológicos**
134 **e nacional 2) Adicionar a cianotoxina na parte de monitoramento de Qualidade de Água 3)**
135 **Apresentar para validação da empresa a proposta de monitoramento de ponto a cada 1km² 4)**
136 **Verificar a possibilidade de utilização de satélite com um custo menor 5) Encaminhar as**
137 **empresas contatos, para que o membros do comitê Guandu fossem facilitadores para os**
138 **diálogos com as defesas civis. 6) Apresentar na próxima reunião o que foi elaborado pela**
139 **empresa dentro desse período e para os produtos seguinte utilizarem a lógica, onde Caroline**
140 **Lopes (AGEVAP) pediria as correções a mesma e seria retornada a nova versão, e apenas com**
141 **mesma convocariam uma nova reunião da GTAOB.**